



RELATÓRIO STI

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

GESTÃO 2020

ESTRATÉGIA E GESTÃO DE TIC

O ano de 2020 trouxe para os Eleitorais Brasileiros desafios muito além dos esperados. Com o advento da pandemia pelo COVID-19, a Secretaria de Tecnologia da Informação do Regional baiano envidou esforços sobremaneira, direcionando, prioritariamente, recursos materiais e humanos para prover soluções de contorno de forma emergencial para as dificuldades causadas direta ou indiretamente pela pandemia, o que implicou em um grande aumento de demandas a uma equipe já reduzida, sem, contudo, abrir mão da revisão de seus processos de trabalho, a fim de melhorá-los.



As ações relacionadas à área de TIC são direcionadas pelos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico Institucional do TRE-Ba - PEI “Aperfeiçoar a Governança de TIC” e “Promover a Melhoria dos Serviços de TIC”, cujos desempenhos são mensurados por meio dos indicadores “i27 – Evolução do índice de governança de TIC” e “i29 – Taxa de cumprimento das metas do PETIC”, respectivamente ([Planejamento Estratégico Institucional do TRE-Ba - PEI](#))

• *PETIC e CADERNO DE INDICADORES DE METAS DE MEDIÇÃO*

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETIC 2016 – 2021 foi formulado com base no Planejamento Estratégico do TRE-Ba (PEI), Resolução Administrativa nº 14, de 14 de dezembro de 2015, e na Resolução CNJ nº 211/2015, que institui a Estratégia de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário (ENTICJUD), e compõe-se de 10 objetivos estratégicos, conforme ilustrado na figura abaixo ([PETIC 2016 – 2021](#))

Mapa Estratégico da TI do TRE-BA 2016-2021



Figura 7. Mapa Estratégico da área de tecnologia da informação do TRE-BA para o período de 2016 a 2021.

Fonte: Planejamento Estratégico de TIC 2016-2021

A fim de acompanhar e controlar o cumprimento das estratégias de TIC do Tribunal foram definidos indicadores e suas respectivas metas de medição periódica para o monitoramento dos objetivos estratégicos de TIC, através da elaboração do Caderno de Indicadores de Metas de Medição do PETIC, o qual passou por processo de revisão, que se iniciou em 2019 e foi concluído em 2020 (processo SEI 0054244-58.2018.6.05.8000 / Resolução Administrativa nº 32/2020 ([Caderno de Indicadores e Metas de Medição](#))).

A revisão dos indicadores contou com o apoio técnico da Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão / Seção de Estatística (COPEG/SESTAT) e Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade/ Coordenadoria de Orçamento (SOF/COORC) para esclarecimentos e ajustes necessários, em conformidade com os objetivos estratégicos de TIC, de forma a direcionar a gestão para a tomada de decisão, bem como contribuir para alavancar as ações da STI e do Tribunal como um todo.

Anteriormente, o caderno era composto por 10 indicadores, passando a contar depois com 11 indicadores.

Dentre as principais mudanças alcançadas com a revisão podemos destacar o desmembramento do indicador relacionado ao objetivo estratégico de TIC “Aprimorar gestão orçamentária e financeira de TIC” em dois indicadores que mensuram, separadamente, a execução e aderência orçamentária (i2 e i3). Outro ajuste importante foi em relação ao indicador i1 – taxa de disponibilidade dos serviços críticos e essenciais de TIC, que passou a mensurar apenas os serviços administrados por este Tribunal, excluindo assim, aqueles que são hospedados e mantidos pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE, sem a ingerência desta Secretaria de Tecnologia da Informação/TRE-BA. Ainda durante o processo de revisão entendeu-se necessária a suspensão temporária de dois indicadores (i8 e i10) a fim de se realizar mais estudos e pesquisas sobre a forma mais eficiente de mensurar os respectivos indicadores.

O documento revisado pelo Comitê de Gestão de TIC (CGesTIC), foi submetido e homologado pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (CGovTIC), conforme estabelecido no Sistema de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTIC), instituído mediante Resolução Administrativa TRE/BA n.º 17, de 13 de junho de 2018, alterada pela Resolução Administrativa TRE/BA n.º 29 de novembro de 2019.

Segue abaixo um comparativo entre os indicadores atribuídos, antes e depois da revisão:

 Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Bahia			Objetivos Estratégicos de TIC e seus indicadores revisados  Poder Judiciário Tribunal Regional Eleitoral da Bahia		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE TIC E SEUS INDICADORES			OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE TIC E SEUS INDICADORES		
Nº	Objetivo Estratégico de TIC	Indicador Atribuído	Nº	Objetivo Estratégico de TIC	Indicador Atribuído ³
1	Prover infraestrutura e portfólio de serviços de TIC adequados às atividades do tribunal	i1. Índice de atingimento de metas de disponibilidade de serviço	1	Prover infraestrutura e portfólio de serviços de TIC adequados às atividades do tribunal	i1.Taxa de disponibilidade dos serviços críticos e essenciais de TIC
2	Aprimorar gestão orçamentária e financeira de TIC	i2. Índice de aderência e execução orçamentária dos gastos em TIC	2	Aprimorar gestão orçamentária e financeira de TIC	i2.Taxa de execução orçamentária dos gastos em TIC i3.Taxa de aderência orçamentária dos gastos em TIC
3	Implementar gestão de riscos de TIC	i3. Índice de tratamento de riscos às estratégias	3	Implementar gestão de riscos de TIC	i4.Número de processos críticos de TIC com riscos geridos
4	Primar pela satisfação dos usuários	i4. Nível de satisfação com os serviços de TIC	4	Primar pela satisfação dos usuários	i5. Grau de satisfação com os serviços de TIC
5	Adotar padrões tecnológicos	i5. Quantidade de padrões tecnológicos implementados	5	Adotar padrões tecnológicos	i6. Quantidade de padrões tecnológicos executados em conformidade
6	Aperfeiçoar governança e gestão de TIC	i6. Índice de Governança de TIC	6	Aperfeiçoar governança e gestão de TIC	i7.-Evolução do índice de Governança de TIC
7	Aprimorar e fortalecer integração e interoperabilidade de sistemas de informação	i7. Índice de aderência ao MNI	7	Aprimorar e fortalecer integração e interoperabilidade de sistemas de informação	i8. Índice de aderência ao MNI
8	Aprimorar contratações de TIC	i8. Índice de aderência do plano de contratações de TIC	8	Aprimorar contratações de TIC	i9.Taxa de aderência do plano de contratações de TIC
9	Aprimorar segurança da informação	i9. Índice de serviços de TIC implementados com requisitos de segurança da informação estabelecidos	9	Aprimorar segurança da informação	i10. Índice de serviços de TIC implementados com requisitos de segurança da informação estabelecidos
10	Aperfeiçoar competências gerenciais e técnicas de pessoal da TIC	i10. Índice de execução do plano anual de capacitação de pessoal da TIC	10	Aperfeiçoar competências gerenciais e técnicas de pessoal da TIC	i11. Taxa de execução do plano anual de capacitação de pessoal da TIC

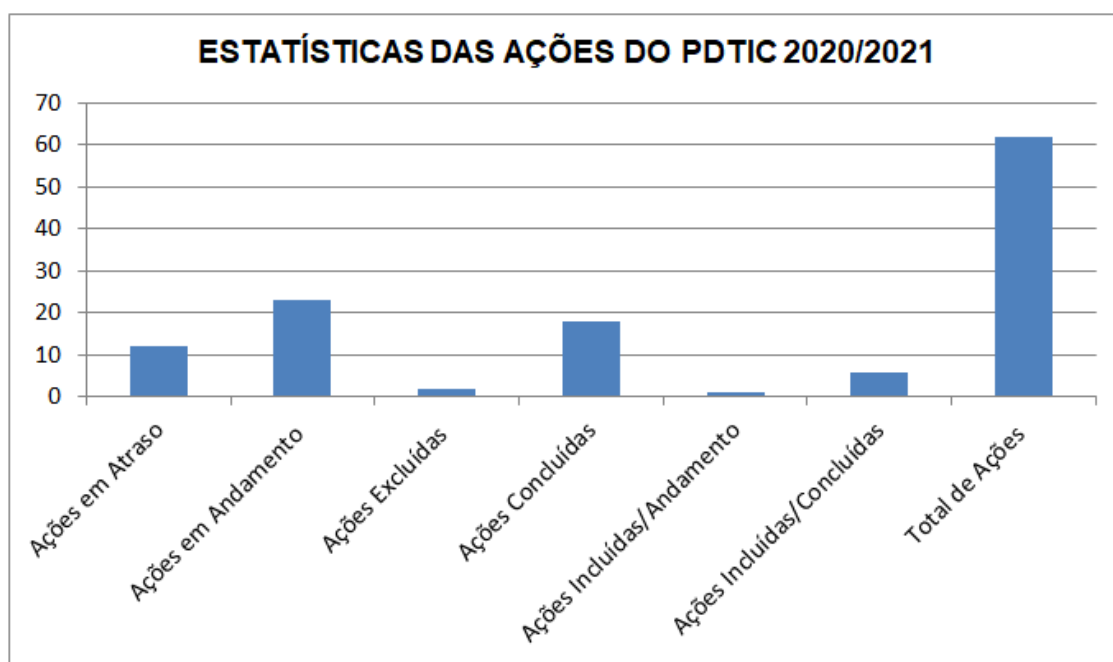
Fonte: Caderno de Indicadores e Metas de Medição

- **PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 2020/2021**

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) consiste em instrumento de desdobramento da estratégia, que contempla diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos que visam atender às necessidades de TIC para o biênio 2020-2021 do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia ([PDTIC 2020/2021](#))

O PDTIC foi revisado em dezembro/2020 e conta com 62 (sessenta e duas) ações que direcionam a atuação da Secretaria de Tecnologia da Informação no alcance dos objetivos e metas estabelecidos no Plano Estratégico Institucional do TRE-BA (PEI), na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Plano Estratégico de TIC do TRE-BA (PETIC).

As maiores dificuldades enfrentadas para dar andamento ao PDTIC estão relacionadas ao quadro reduzido de servidores na STI, além das demandas não previstas que surgiram ao longo do exercício. Além disso, em decorrência da pandemia, surgiram novas necessidades e, conseqüentemente, novas atividades para a TI. Foi necessário, por exemplo, providenciar solução que permitisse o trabalho remoto aos servidores do TRE-BA e, com isso, ações inicialmente previstas no PDTIC precisaram ter seus prazos postergados para que a equipe técnica pudesse se dedicar a esse novo objetivo, que permitiu, com grande êxito, que o trabalho neste Regional fosse realizado remotamente a contento, conferindo ao Regional baiano o destaque de 1º lugar em produtividade, pelo CNJ, dentre os demais Eleitorais.



- **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS À STI x METAS PACTUADAS 2020**

RESULTADOS ALCANÇADOS

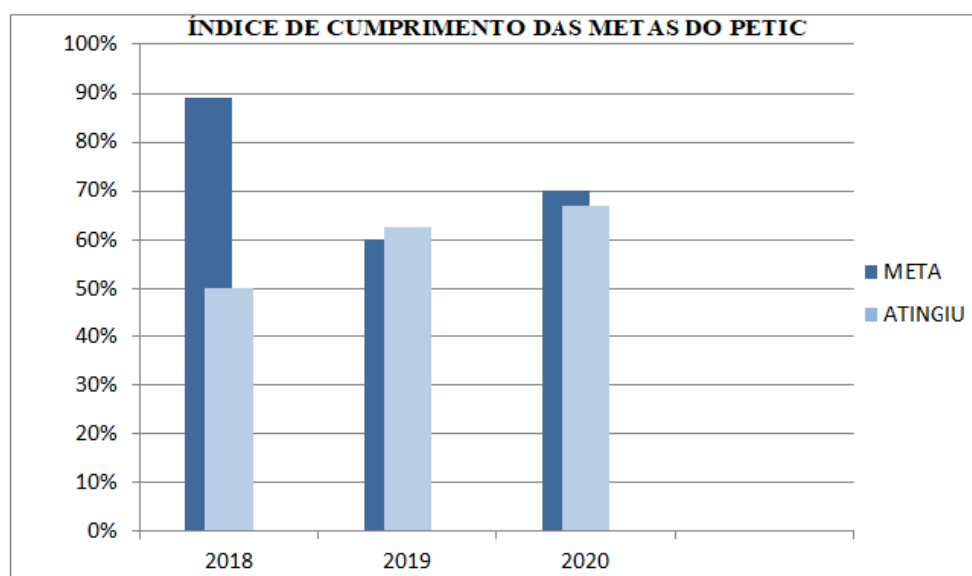
As metas pactuadas para o ano de 2020, no Planejamento Estratégico Institucional, para os objetivos estratégicos “Aperfeiçoar a Governança de TIC” e “Promover a Melhoria dos Serviços de TIC” com seus respectivos indicadores foram de 0,85 para o indicador “i27 – Evolução do índice de governança de TIC” e 0,70 para “i29 – Taxa de cumprimento das metas do PETIC”.

➤ PROMOVER A MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TIC

O resultado alcançado para a meta do i29, no ano de 2020, foi de 67%. A STI alcançou a meta em 6 dos 9 indicadores do PETIC mensurados. Os indicadores i7 – *evolução do índice de governança de TIC*, i9 – *Taxa de aderência do Plano de Contratações de TIC* e i5 – *Grau de satisfação com os serviços de TIC* restaram prejudicados por questões relacionadas à pandemia por COVID-19, inclusão de contratações de TIC não planejadas e número insuficiente de participantes na pesquisa de satisfação. Abaixo segue o quadro dos indicadores do PETIC x resultados alcançados em 2020:

INDICADORES PLANEJAMENTO 2016-2021	META FIXADA 2020	RESULTADO
I1 – Taxa de disponibilidade dos serviços críticos e essenciais de TIC	Alcançar, em 2020, 90% de disponibilidade de serviço.	99,93%
I2 – Taxa de execução orçamentária dos gastos em TIC	Alcançar, em 2020, 81% de execução orçamentária dos gastos em TIC.	93,79%
I3 – Taxa de aderência orçamentária dos gastos em TIC	Alcançar, em 2020, 81% de aderência orçamentária dos gastos em TIC.	91,94%
I4 – Número de processos críticos de TIC com riscos geridos	Em 2020, avaliar e gerenciar riscos em 1 processo crítico da STI	1
I5 – Grau de satisfação com os serviços de TIC	Atingir, em 2020, 80% de satisfação com os serviços de TIC	89,8% (a pesquisa não atingiu o mínimo de 40% dos usuários de TIC)
I6 – Quantidade de padrões tecnológicos executados em conformidade	Identificar os processos que serão priorizados e elevados à categoria de adota integralmente	Ok. Processo identificado conforme "Justificativa para os Indicadores"
I7 – Evolução do índice de Governança de TIC	Alcançar o índice de 0,85 de Governança de TIC em 2020.	0,80
I8 – Índice de aderência ao MNI (Sistemas Judiciais)	Desenvolver, em 2020, 90% de novos sistemas judiciais aderentes ao MNI (QNSAMNI)	Suspenso temporariamente
I8 – Índice de aderência ao MNI (Sistemas Administrativos)	Desenvolver, em 2020, 85% de novos sistemas administrativos aderentes ao MNI (QNSJMNI)	Suspenso temporariamente
I9 – Taxa de aderência do plano de contratações de TIC	Alcançar, em 2020, 70% de aderência do plano de contratações de TIC	37,5%
I10 – Índices de serviços de TIC implementados com requisitos de segurança da informação estabelecidos	Alcançar, em 2020, 80% de serviços de TIC, novos ou modificados, com requisitos de segurança da informação.	Suspenso temporariamente
I11 – Taxa de execução do plano anual de capacitação de pessoal da TIC	Alcançar, em 2020, 75% de execução do PAC TIC	76%

Índice de cumprimento das metas do PETIC nos três últimos anos:



➤ **APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA DE TIC**

O resultado do indicador i27 é mensurado através da aplicação, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do questionário IGOVTIC-JUD. A meta para 2020 foi alcançar o índice de 0,85 de Governança de TIC.

O Índice alcançou o resultado de 0,80%, que corresponde ao nível aprimorado, na última avaliação do Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário (IGOVTIC-JUD 2020).

O Resultado Final do diagnóstico de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário 2020 foi disponibilizado pelo CNJ através do link <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/painel-do-igovtic-jud-do-poder-judiciario/>

O Resultado alcançado demonstra o esforço do Tribunal para que, mesmo em um ano atípico com situações emergenciais e constantes, com a necessidade de atuar nas tarefas inerentes à implantação, manutenção e monitoramento do trabalho remoto, ainda em se tratando de um ano eleitoral, o órgão mantivesse seu nível de maturidade estável.

Nos aspectos relacionados à STI, destaca-se a revisão dos processos de trabalho, em meio aos desafios do trabalho com pandemia, colaborando para a estabilidade/manutenção do índice já conquistado no IGOVTIC-JUD.

Importante salientar que embora o TRE-BA venha dispensando especial atenção aos aspectos referentes à Governança de TIC e empregado esforços para o aperfeiçoamento do seu desempenho na matéria, houve um decréscimo significativo de pontos na Dimensão 7 do IGOVTIC-JUD (em relação ao total de usuários de TIC), tendo em vista o considerável aumento de advogados cadastrados no sistema após a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) no 1º Grau.

Cabe destacar que o suporte técnico ao sistema é concentrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fora da ingerência da STI/TRE-BA, e apenas um pequeno aspecto relacionado ao suporte negocial e operacional é realizado pelo TRE-BA, pela Seção de Suporte ao PJE, vinculada à Secretaria Especial da Presidência.

• FATORES QUE DIFICULTARAM e RESULTADOS POSITIVOS CONQUISTADOS

Como fatores que dificultaram o alcance da meta, destacam-se:

- ✓ Fatores relacionados à pandemia por COVID-19 e todas as medidas extras e prioritárias que foram impostas por esse motivo, somando-se ao planejamento já estabelecido para a unidade, inclusive quanto às demandas de eleição;
- ✓ Necessidade de realocar a força de trabalho das atividades já planejadas para implantação e suporte do trabalho remoto emergencial;
- ✓ Sobrecarga de trabalho para os servidores em trabalho remoto, que absorveram demandas decorrentes da pandemia, principalmente às relacionadas aos compartilhamentos de VDI's, atividade que impôs a disponibilidade dos servidores em horários diversos ao período do expediente;
- ✓ Necessidade de inclusão de contratação de bens/serviços não planejados inicialmente no Plano de Contratações de STIC, devido à realização de uma eleição num cenário de pandemia;

- ✓ Número insuficiente de participantes na pesquisa de satisfação com os serviços de TIC;
- ✓ Falta de estrutura organizacional adequada, em especial as relacionadas à Governança, Segurança da Informação e administração de contratos de TIC;
- ✓ Quadro de trabalho da STI com quantitativo muito abaixo do mínimo necessário, conforme estabelecido pelo CNJ (ENTIC-JUD);
- ✓ Desafio de adaptação à nova infraestrutura de redes e sistemas eleitorais implantada pelo TSE em período que antecedeu às Eleições 2020, demandando um trabalho hercúleo de todas as áreas da STI na criação de soluções técnicas visando a manutenção de acesso aos sistemas eleitorais.

Em relação ao quantitativo mínimo necessário de servidores do quadro permanente de TIC, de acordo com o cálculo elaborado pelo CNJ, anexo da Resolução 211/2015 (ENTIC-JUD), o Regional baiano possui **2765 (dois mil setecentos e sessenta e cinco) usuários de TIC**.

Para a faixa entre 1.501 e 3.000 usuários:

Cáculo: (TOTAL DE USUÁRIOS x 1,95%) + 19,50

Cálculo: (2.765 x 1,95 %) + 19,50 = 73,41,

Resultado da aplicação da fórmula = **73 servidores do quadro permanente de TIC** *

*mínimo necessário

Fonte: processo SEI 0062331-32.2020.6.05.8000

Ressalta-se, contudo, que a quantidade de servidores lotados na STI, com data de referência em 31/12/2020, é de:

Ocupantes de cargo de TIC	23
Área administrativa	29
TOTAL	52

Fonte: Seção de Informações Funcionais - SEINF

Assim, comparando o quanto determinado pelo CNJ, com o quadro apresentado pelo TRE-Ba, observa-se uma defasagem de 50 servidores (73-23) para o mínimo necessário no quadro de TIC.

Além disso, em 2020, a STI trabalhou com 27 terceirizados relativos ao contrato de nº 122/2018 (Serviço de service desk e sustentação de infraestrutura de tecnologia) e 25 relativos ao contrato de nº 12/2016 (Prestação de serviços de conservação das urnas eletrônicas da Justiça Eleitoral), sendo que desse último contrato, 08 (oito) estão lotados no Centro de Apoio Técnico - CAT e 17 nos polos de informática (urnas) situados no interior do Estado da Bahia.

Fonte: STI/COSUP

Muito embora tantos desafios que predominaram em 2020, podem-se destacar vários resultados positivos alcançados, a exemplo de:

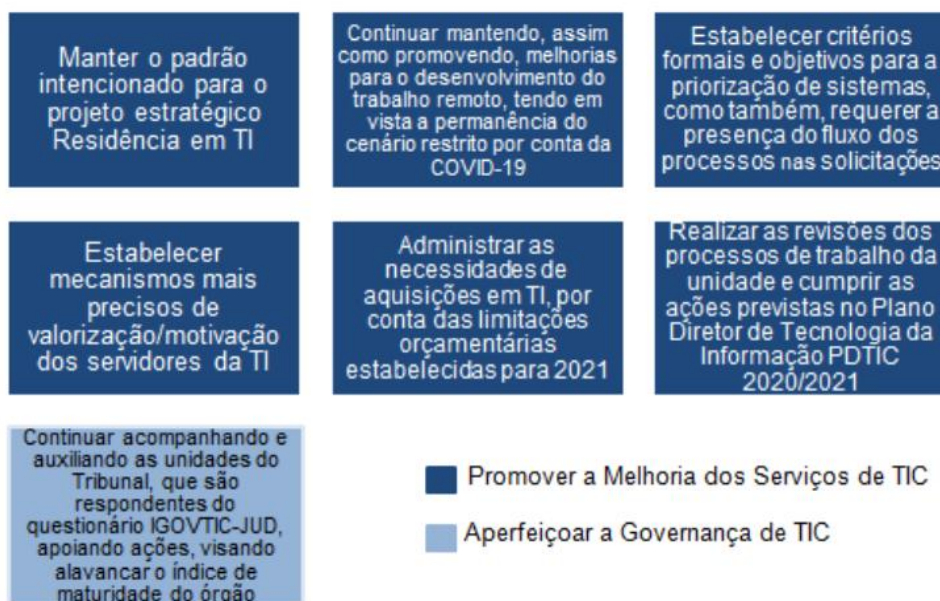
- ✓ Revisão de processos de trabalho;

- ✓ Efetivação do projeto estratégico “Residência em TI”;
- ✓ Disponibilização de soluções de acesso remoto, imediatamente após a quarentena imposta pela contaminação por COVID19, a todas as Unidades da Secretaria, zonas do interior e capital, de forma a garantir a continuidade dos serviços;
- ✓ Aprovação de 89,8% dos usuários de TIC respondentes da pesquisa de satisfação;
- ✓ Disponibilização de ferramentas para audiências, sessões e reuniões virtuais;
- ✓ Sucesso na realização das eleições (aspectos relacionados a TI: manutenção e preparação das urnas eletrônicas da capital, suporte técnicos aos sistemas eleitorais, elaboração de tutoriais, suporte às zonas do interior para preparação das urnas eletrônicas, suporte no dia da eleição, monitoramento e manutenção dos links de comunicação);
- ✓ Revisão do Caderno de Indicadores de Metas e Medição do PETIC.

• **E QUANTO AOS DESAFIOS FUTUROS?**

O ano de 2020 com pandemia e suas consequências nos ensinou muito em vários aspectos, dentre eles destacamos a nossa capacidade de adaptação a mudanças. Entendemos que podemos sair de uma possível “zona de estabilidade” e nos surpreender com nosso potencial. A equipe da STI, juntamente com todo o Tribunal (capital e interior do Estado), superaram obstáculos tanto no campo pessoal como profissional para atravessar o último ano. Para o ano de 2021 a expectativa é de continuidade com a mesma determinação para fazer as atribuições darem certo, porém é importante frisar, como aspecto destacado, a necessidade de incremento na força de trabalho do quadro da STI para que a unidade consiga superar esses desafios de forma equilibrada.

Já estão no escopo dos novos desafios a melhoria dos links de comunicação dos cartórios eleitorais, além de wi-fi para todos, novos sistemas, melhoria na estrutura de e-mails e arquivos, novos equipamentos, projetos inovadores da Residência de TI, melhoria no atendimento dos usuários de forma dinâmica, ágil e automática, planejamento para estrutura de área dedicada a segurança da informação, dentre outros projetos relevantes.



GOVERNANÇA

• **MODELO DE GOVERNANÇA DE TI**

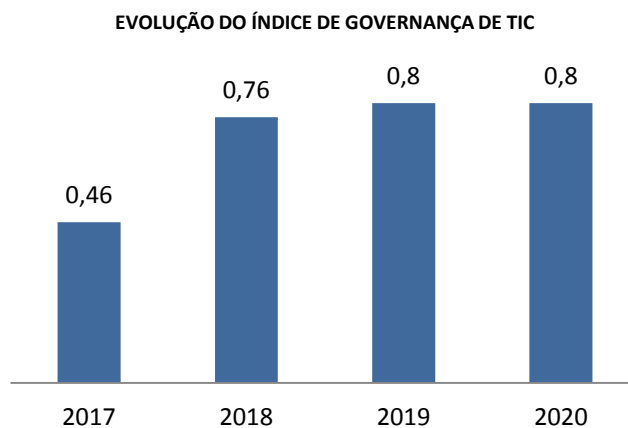
O modelo de governança de TIC do TRE- BA baseia-se nas diretrizes estabelecidas na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – ENTIC-JUD, instituída por meio da Resolução CNJ nº 211, de 15 de dezembro de 2015.

O SGTIC foi instituído em 2018, pela Resolução Administrativa 17/2018. Em 2019, o referido sistema foi revisado através da Resolução Administrativa 29/2019, especialmente com o propósito de adequá-lo a nova estrutura organizacional do TRE- BA. A principal instância é o Comitê de Governança e Tecnologia da Informação e Comunicação do TRE-BA (CGovTIC), órgão colegiado cuja finalidade principal é a tomada de decisões estratégicas relacionadas a TIC.

O SGTIC contempla, ainda, comitês executivos setoriais, a exemplo do Comitê de Gestão de TIC (CGesTIC), cuja finalidade é promover o desdobramento das diretrizes, metas e iniciativas do Planejamento Estratégico Institucional do TRE-BA (PEI-TRE-BA), por meio da elaboração, monitoramento e avaliação de resultados de seus planos táticos e operacionais, em apoio ao Secretário de Tecnologia da Informação e em assessoramento ao CGovTIC no tocante às estratégias de TIC. Em paralelo ao CGesTIC, também está instituído no âmbito do TRE-BA, o Comitê de Segurança da Informação (CSI), com participação do servidor Rilson Barros de Almeida, da SEINFRA/COSINF, que tem como principal finalidade viabilizar a aplicação das diretrizes da Política de Segurança da Informação no Regional.

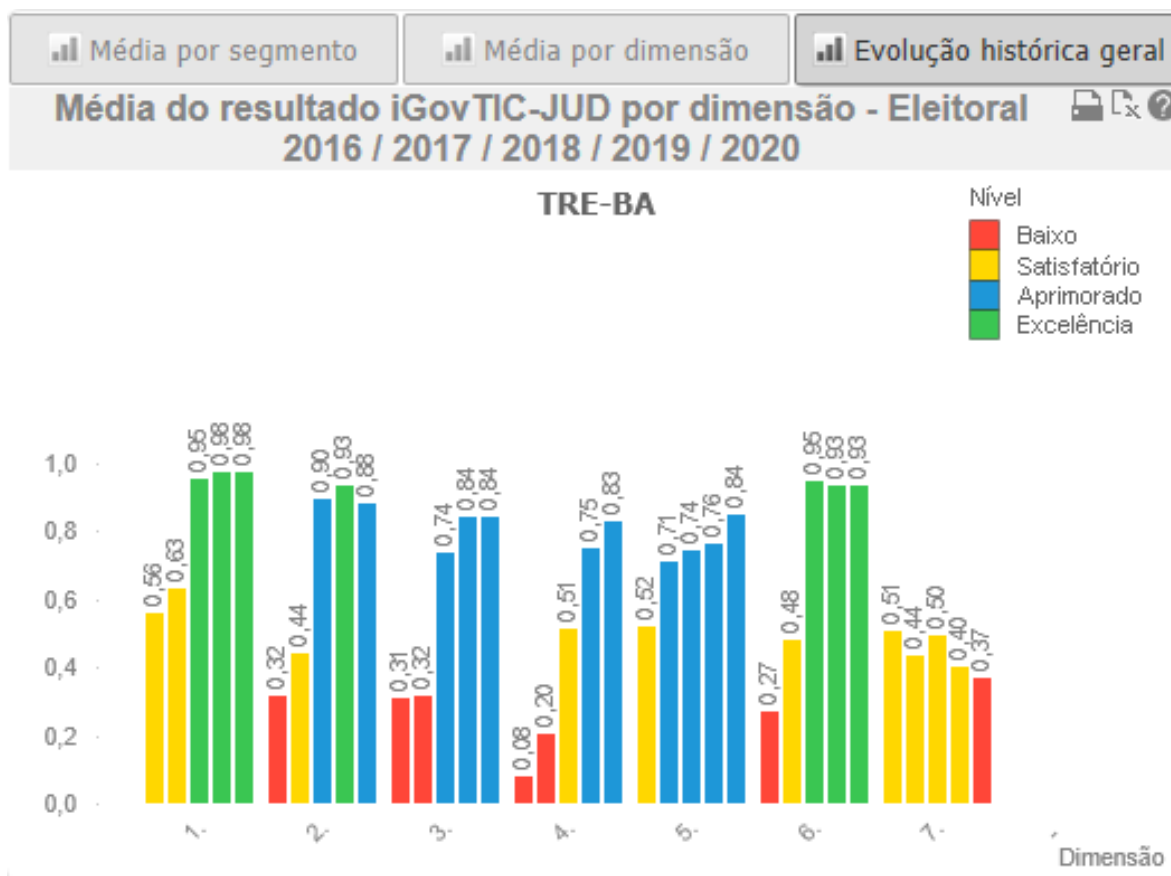
• ***EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE TIC***

Importante frisar que, de acordo com as informações disponibilizadas em link pelo CNJ, é possível verificar a crescente evolução da maturidade em Governança de TIC a partir do ano de 2017, se mantendo estável entre 2019 e 2020 ([Painéis CNJ](#))



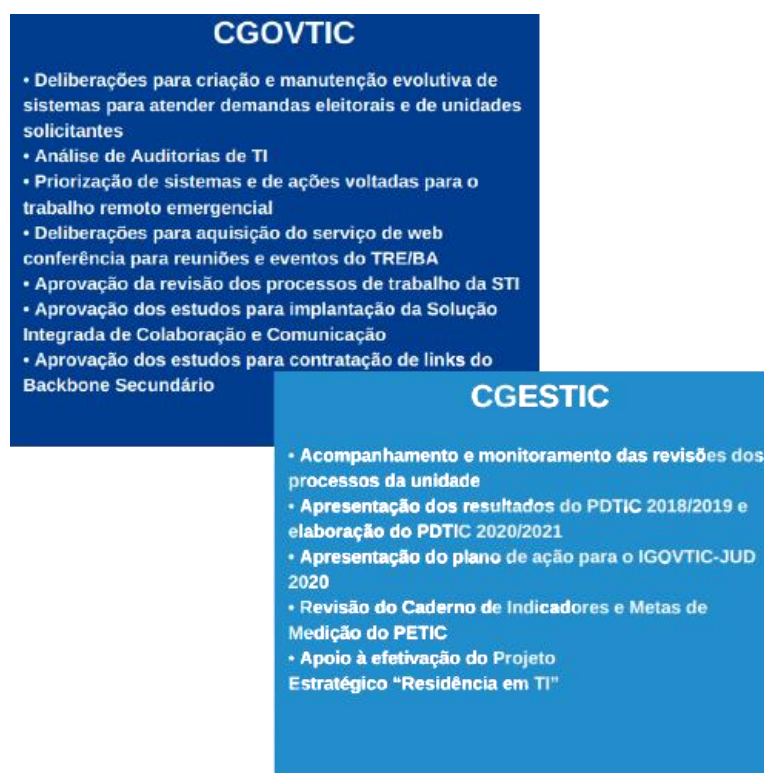
Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação/TRE-Ba

De acordo com gráfico demonstrativo das médias do Tribunal, por dimensão, nos últimos 5 anos, observamos que em 2020 evoluímos nas dimensões 4 (Dos Riscos, Monitoramento e Auditoria – Controle de Gestão) e 5 (Dos Sistemas, Integração e Nivelamento).



• **PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES e INICIATIVAS DO CGOVTIC / CGESTIC**

Todas as ações pretendidas pelo Comitê de Gestão de TIC são analisadas em reunião e posteriormente submetidas ao CGOVTIC para validação.



Como iniciativas que merecem destaque, citamos a Revisão do Caderno de Indicadores e Metas de Medição do PETIC, trabalho realizado pelo CGESTIC em parceria com outras unidades, e aprovada pelo CGOVTIC em reunião realizada em 14/08/2020. Foram ainda iniciados os estudos pela área de infraestrutura de TIC para contratação de links do Backbone Secundário (reunião do CGOVTIC em 19/06/2020). Por fim, ressaltamos a importância do apoio do CGESTIC para a efetivação do Projeto Estratégico “Residência em TI”, formalizado através de processo eletrônico em 17/02/2020. Devido às intercorrências por conta da pandemia, a execução do projeto iniciou em novembro, porém cumprindo todas as etapas previstas, inclusive com a homologação, pelo CGOVTIC, da definição de áreas prioritizadas e projetos propostos (reuniões CGOVTIC em 13/10/2020 e 03/12/2020).

[ATAs CGOVTIC](#)

[ATAs CGESTIC](#)

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

• CONFORMIDADE LEGAL

Para garantir a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o TRE-BA segue normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - Resolução CNJ nº 211/2015 -, Tribunal de Contas da União (TCU) - Referencial Básico de Governança, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública -, Justiça Eleitoral, Governo Federal, padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TIC, além de obedecer a normas internas, a exemplo da Resolução Administrativa nº 17, de 13 de junho de 2018, que instituiu o Sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTIC) neste Tribunal, alterada pela Resolução nº 29/2019.

• MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

O valor total empenhado para despesas na área de TIC em 2020 foi de R\$ 12.893.713,00 (doze milhões, oitocentos e noventa e três mil, setecentos e treze reais). Este valor inclui os créditos adicionais recebidos no exercício, bem como os remanejamentos realizados no decorrer do ano.

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR - BIOMETRIA			
Montante de Recursos Aplicados em TI – 2020 (R\$ MILHÕES)			
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago em RP em 2020
Investimento	-----	-----	-----
Custeio	393.677	390.689	495.584,20
TOTAL	393.677	390.689	495.584,20

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 20GP JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA DA JE			
Montante de Recursos Aplicados em TI - 2020			
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago em RP em 2020
Investimento	702.269	676.026	1.853.780,71
Custeio	9.734.725	9.115.483	3.542.899,74
TOTAL	10.436.994	9.791.509	5.396.680,45

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA PLEITOS ELEITORAIS NACIONAL			
Montante de Recursos Aplicados em TI – 2020 (R\$ MILHÕES)			
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago em RP em 2020
Investimento	-----	-----	-----
Custeio	1.372.000	1.336.369	71.155,47
TOTAL	1.372.000	1.336.369	71.155,47

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 20GP PLEITOS ELEITORAIS NACIONAL – A TUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO			
Montante de Recursos Aplicados em TI - 2020			
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago em RP em 2020
Investimento	-----	-----	-----
Custeio	691.042,00	590.961,00	-----
TOTAL	691.042,00	590.961,00	-----

Fonte: SIGEPRO, TESOIRO GERENCIAL, EM 31.12.2020, SIAF

• CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

CONTRATAÇÕES NOVAS MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI – 2020

CONTRATAÇÕES	Nº DE CONTRATOS	VALORES PAGOS NO ANO	BENEFÍCIOS AGREGADOS
Aquisição de 6.000 baterias para urnas eletrônicas	NOTA DE EMPENHO 2020NE000696 2020NE001489 2020NE001490	R\$498.780,00	Realização das eleições no que concerne ao funcionamento das urnas eletrônicas
Aquisição de 22 Licenças de ferramenta de acesso a Webconferência (ZOOM) (Processo SEI n. 0135294-38.2020.6.05.8000)	Não há contrato. O ajuste foi firmado através da NOTA DE EMPENHO 2020NE001440	R\$24.141,62	Viabilizar a continuidade das atividades essenciais do Tribunal e cartórios eleitorais, principalmente aquelas relacionadas à preparação das Eleições 2020 em virtude da pandemia do COVID19.
Aquisição de 06 notebooks dobráveis (Proc. SEI n. 0062436-09.2020.6.05.8000)	Não há contrato. O ajuste foi firmado através da NOTA DE EMPENHO 2020NE001624	R\$ 27.480,00	Viabilizar a realização de eventos por parte da Corte Eleitoral com equipamento condizente com a necessidade laboral, em tempos de COVID19.
Aquisições de Antena Rural (Proc. SEI n. 0097523-26.2020.6.05.8000)	Não há contrato. O ajuste foi firmado através da NOTA DE EMPENHO 2020NE001806	R\$ 30.881,20	Viabilizou a ampliação dos pontos de transmissão remota em lugares de difícil acesso para a eleição, utilizando tecnologia 4G.
Microtikis (Proc. SEI n. 0048470-76.2020.6.05.8000)	Não há contrato. O ajuste foi firmado através da NOTA DE EMPENHO 2020NE000689 – aquisição de 34 roteadores. Valor: R\$ 21.756,60 OBS: O empenho 2020NE000680 (Valor: R\$ 22.232,60) foi anulado e emitida a NE689 (Valor: R\$ 21.756,60). Entretanto o valor pago pela aquisição foi R\$ 22.232,60	R\$ 22.232,60	Viabilizou o trabalho remoto para um maior número de servidores no período de confinamento por conta da pandemia

CONTRATAÇÕES CONTINUADAS MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI – 2020

CONTRATAÇÕES	Nº DE CONTRATOS	VALORES PAGOS NO ANO	BENEFÍCIOS AGREGADOS
Contratação de serviços de terceirização de impressão (outsourcing) CT 62/2020 - Proc. SEI n. 0049940-79.2019.8.05.8000 CT 109/2014 - Proc. SEI n. 0060242-12.2015.6.05.8000	CT 62/2020. Executado a partir de 23.10.2020 CT 109/2014. Vigente até 22.10.2020.	R\$165.476,13 R\$629.345,34 TOTAL R\$794.821,47	Atender às demandas acerca da impressão e digitalização de documentos, visando a realização das atividades laborais
Certificados digitais para pessoa física (e-CPF), TIPO A3	NOTA DE EMPENHO 2020NE001144	R\$22.462,95	Permitir a assinatura digital dos documentos e implantação do PJE
Contratação de Serviço de Service Desk e Sustentação de Infraestrutura de Tecnologia para Organização, Desenvolvimento, Implantação e Execução Continuada de Tarefas de Suporte.	CT 122/2018	R\$2.198.621,37	Atender as demandas de suporte em de modo a permitir a continuidade das atividades laborais
Prestação de serviços de conservação das urnas Eletrônicas da Justiça Eleitoral	CT 12/2016	R\$544.484,79	Atender as demandas de manutenção preventiva e corretiva das urnas eletrônicas
Contratação para locação de 130 (cento e trinta) notebooks, incluindo a prestação dos serviços de manutenção corretiva.	CT 116/2018	R\$162.915,34	Atender as demandas relativas à execução das atividades laborais ligadas às Eleições, tais como a transmissão dos dados de resultados, dentre outras.
Contratação para locação de 220 (duzentos e vinte) notebooks, incluindo a prestação dos serviços de manutenção corretiva.	CT 46/2019	R\$296.445,46	Atender as demandas relativas à execução das atividades laborais ligadas às Eleições, tais como a transmissão dos dados de resultados, dentre outras.
Novo Backbone - VPN/VIP	CT 55/2015	R\$3.878.391,09	Os contratos viabilizam a comunicação de dados entre as unidades remotas e a sede do Tribunal
Links de Internet/Sede	CT83/2015	R\$154.036,12	Os contratos viabilizam a comunicação de dados entre as unidades remotas e a sede do Tribunal
Serviços de telecomunicação de dados	CT 56/2015	R\$2.151.320,49	Os contratos viabilizam a comunicação de dados entre as unidades remotas e a sede do Tribunal

• PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS)

➤ PROJETO ESTRATÉGICO RESIDÊNCIA EM TI



É um projeto inovador, sendo o primeiro curso na Bahia exclusivamente voltado para ações da Justiça Eleitoral, fruto de uma parceria com a Universidade Federal da Bahia e visa incentivar a especialização de estudantes bolsistas e servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TRE/BA a desenvolver competências para o planejamento e o desenvolvimento de soluções de software para o Tribunal. Em decorrência da pandemia do Corona Vírus, teve seu cronograma revisado e as atividades realizadas conforme nova proposta. Dessa



forma, foi implantado em novembro/2020 e caminha conforme previamente planejado. Conta atualmente com 4 (quatro) projetos em desenvolvimento pela equipe dos residentes dedicados e empenhados a trazer inovações construtivas ao crescimento e modernização do órgão.

➤ RENOVAÇÃO DO PARQUE DE IMPRESSORAS (OUTSOURCING)

Através da contratação do serviço de locação de impressoras (outsourcing) foi realizado o 1º ciclo de atualização (substituição) do parque de equipamentos de impressão de forma a atender ao avanço tecnológico e às necessidades laborais de forma mais eficiente, inclusive no que concerne à digitalização de documentos. No ano de 2021 será iniciado o 2º ciclo, na qual será efetuada a referida atividade em todos os cartórios eleitorais do Estado da Bahia.

➤ II ENCONTRO TI VALORIZA



A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) em conjunto com a Secretaria da Tecnologia da Informação (STI) promoveu o Projeto TI Valoriza, visando capacitar e motivar os profissionais da área de Tecnologia da Informação para atuarem como agentes de mudança com foco na saúde mental, desenvolvimento humano e organizacional. O evento foi direcionado para 81 profissionais do TRE-BA e ocorreu de forma presencial e transmitido via ZOOM simultaneamente, tendo em vista a conjuntura imposta pela pandemia do novo Coronavírus. A participação de todos no evento demonstrou a força e união da equipe ao fim de um ano de grandes desafios.



➤ ACESSO REMOTO

Para permitir a continuidade da prestação jurisdicional, manutenção dos serviços, atendimento ao público externo, das atividades laborais pelos servidores, colaboradores e estagiários que precisaram ser afastados do trabalho presencial em decorrência do cenário da pandemia do COVID-19, foi implantada emergencialmente a infraestrutura de virtualização de desktops - VDI acessível via rede privada virtual - VPN para até 150 usuários simultâneos, que envolveu uma força tarefa com a participação de todas as áreas da STI, disponibilizando acesso a todos os setores do Tribunal, com a segurança necessária, garantindo a inviolabilidade das redes da Justiça Eleitoral.

Mais informações em: <https://www.tre-ba.jus.br/imprensa/noticias-tre-ba/2020/Abril/acesso-remoto-sti-do-tre-ba-viabiliza-andamento-de-trabalhos-e-processos>.

Logo após, foram distribuídos às zonas eleitorais, cerca de 160 kits da ferramenta de segurança JecDesktop com o objetivo de permitir o acesso remoto às estações de trabalho dos cartórios eleitorais, possibilitando a execução das eleições Municipais.

Paralelamente, antecipou-se a implantação do SEI para acompanhamento de processos administrativos. Além da instalação do sistema propriamente dito, houve a atividade de migração dos processos existentes no PAD (antigo sistema de acompanhamento de processos administrativos utilizado pelo TRE-BA para a base de dados do SEI).

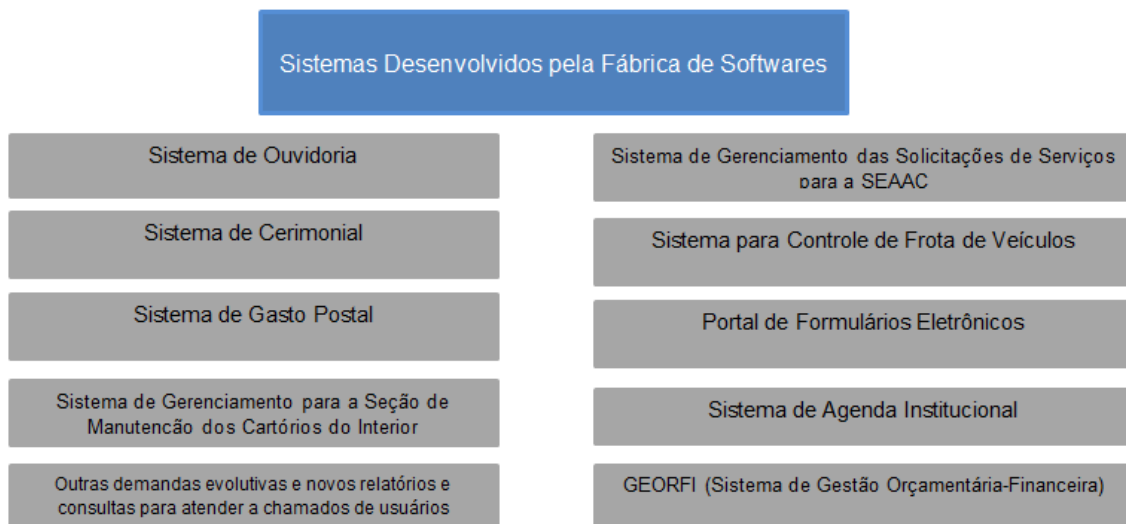
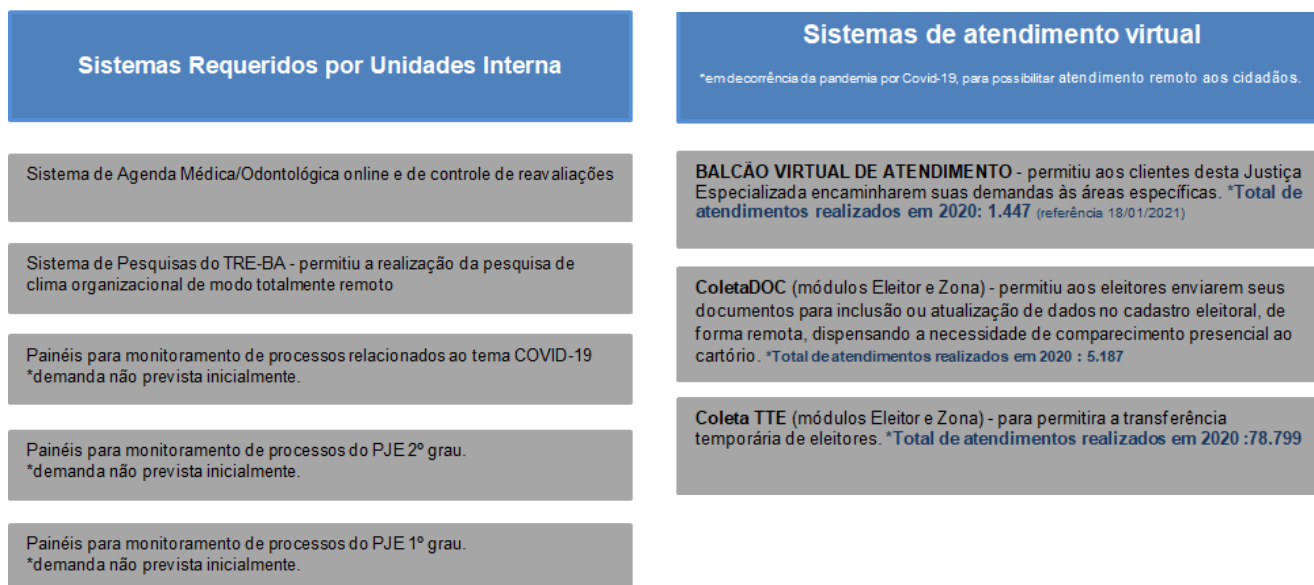
➤ DISPONIBILIZAÇÃO DE FERRAMENTA PARA REUNIÕES E SESSÕES VIRTUAIS

Foi adotada por este Regional uma solução tecnológica disponível no mercado e, dessa forma, foi implementado o sistema de videoconferência através da aquisição de 22 contas do serviço anual ZOOM, com função de *webmeeting*, distribuídas às Secretarias e Zonas Eleitorais através de uso compartilhado, que possibilitaram o incremento no trabalho remoto já em andamento, a continuidade de todas as ações relacionadas às Eleições 2020, assim como a realização das sessões do pleno de forma remota, com a participação dos advogados e membros da Corte, mantendo a transparência das decisões tomadas nesta Casa, cujo acesso se dá através do endereço eletrônico <https://tre-ba-jus-br.zoom.us/>.

Esclarecemos que a aquisição supramencionada atende às exigências contidas no parágrafo único do art. 2º da Resolução de nº 337/2020/CNJ, bem como, garante a segurança, a privacidade e a confidencialidade das informações compartilhadas, preconizadas no art. 3º da supracitada Resolução, visto que o acesso se dá através de senha personalizada e individualizada, como também, o ingresso nas salas virtuais se dá por intermédio de ID da reunião e senha específica.

➤ SISTEMAS

Em 2020 foram desenvolvidos, evoluídos e implantados diversas soluções de software com vistas à melhoria dos processos de trabalho e realização de atividades das diversas unidades do Regional baiano.





Ressalte-se que, no início de 2020 foi concluída a atividade de migração dos processos do SADP para o PJE_ZONA e migração dos processos do PAD para o SEI, além disso, é importante destacar que para cada novo sistema desenvolvido, evoluído ou implantado, há colaboração de todas as unidades da COSINF (desenvolvimento, banco de dados, infraestrutura e testes), cada uma atuando na sua área, possibilitando a disponibilização das soluções aos usuários finais.

• ***ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DE PILÃO ARCADE***

Em 02/02/2020 ocorreu a Eleição Suplementar no município de Pilão Arcado para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, conforme aprovado pela Resolução Administrativa TRE-BA nº 35/2019.

A STI prestou à 195ª Zona Eleitoral todo o suporte de TI no que concerne à instalação, configuração e operação dos sistemas eleitorais, bem como, na preparação das urnas eletrônicas e uso da ferramenta de transmissão remota de dados “JeConnect” instalados em 07 (sete) pontos com conexão wi-fi e uso de antena rural.

• ***PREPARAÇÃO PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS***



Nas eleições municipais de 2020 a Secretaria de Tecnologia da Informação teve uma atuação essencial no planejamento e execução de suporte na disponibilização dos sistemas eleitorais e dos meios necessários para a realização, de forma remota, das atividades preparatórias, pelos servidores, colaboradores e estagiários que precisaram ser afastados do trabalho presencial em decorrência do cenário da pandemia do COVID-19, além de ajustes necessários para compatibilização com a nova infraestrutura implantada no TSE.

• ***ANTENA RURAL***

Objetivando dar celeridade à totalização do resultado da votação, a antena rural possibilitou o acesso a resultados mais ágeis em pontos de transmissão remota, com custo muito mais baixo do que com o uso da VSAT, com maior qualidade e velocidade de envio de dados, ampliando de 11(once) para 50 (cinquenta) locais de transmissão remota situados em faixas de difícil acesso (povoados, distritos e lugarejos). Além disso, o uso da antena rural possibilitou o atendimento ao eleitor em locais distantes, no final do período de biometria. (Caminhão da Biometria).

- ***ENCERRAMENTO DO CICLO DE BIOMETRIA***



Visando garantir o sucesso da realização do último ciclo de biometria, a Secretaria de Tecnologia da Informação proporcionou o aumento da equipe de suporte técnico, bem como, a disponibilização de equipamentos de informática, tais como, dispositivos de captura de imagem, notebooks, coletores de impressão digital e de assinatura digital, assim como, na montagem de toda a infraestrutura de TI em postos de atendimento ao eleitor com acesso ao cadastro nacional de eleitores através de conexão por meio de antenas rurais e links dedicados. Desta forma, a STI manteve-se alinhada ao

objetivo estratégico de fortalecer a segurança do processo eleitoral, além de proporcionar o atendimento adequado aos eleitores.

- ***SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO***

As Eleições 2020 foram realizadas em um cenário em que os ataques cibernéticos estão cada vez mais frequentes. Dessa forma, o TRE-BA teve que implantar ações, em consonância com os demais órgãos da Justiça Eleitoral, com vistas a minimizar os riscos de sofrer ataques, principalmente durante o período de preparação e realização das eleições.



PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS EM 2020, RELACIONADAS À CADEIA DE VALOR

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TIC POR PROCESSO DA CADEIA DE VALOR

CADEIA DE VALOR		PRINCIPAIS INICIATIVAS	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
GOVERNANÇA	Planejamento e Gestão Institucional	Revisão de Normativos de TIC.	Melhoria contínua dos processos internos.
		Implantação do Trabalho remoto através de soluções como: uso de Mikrotiks, VDI e JecDesktop, que permitiram o acesso à rede interna do Tribunal através da criação de máquinas virtuais.	Continuidade dos serviços do TRE-BA, da Sede e Cartórios Eleitorais, no período que servidores, colaboradores e estagiários precisaram ser afastados do trabalho presencial em decorrência do cenário da pandemia do COVID-19. Essa ação permitiu a continuidade das atividades jurisdicionais, colocando o TRE-BA como destaque de produtividade nacional, segundo o CNJ, em meio ao cenário da pandemia.
		Implantação das sessões virtuais do Pleno através de plataformas de webconferência.	Possibilitou a manutenção das sessões do pleno de forma remota, com a participação dos advogados e membros da Corte, mantendo a transparência das decisões tomadas nesta Casa.
		Implantação do SEI (Sistema Eletrônica de Informações), novo sistema de tramitação de processos e documentos, com a migração dos processos e documentos do antigo sistema, PAD (Processo Administrativo Digital).	Possibilitou que os servidores, colaboradores e estagiários em trabalho remoto por conta do COVID-19 continuassem com as suas atividades laborais, uma vez que, diferentemente do sistema utilizado anteriormente, o SEI é acessível pela Internet. Ademais permite a integração entre outros órgãos que o utiliza e o acompanhamento dos processos por usuários externos.
		Disponibilização de notebooks para uso dos servidores em trabalho remoto.	Possibilitou o trabalho remoto para aqueles servidores que não possuíam o equipamento em casa.
		Revisão dos Processos de Governança da TIC.	Conformidade com os normativos externos.
		Implantação do Sistema de Agenda Médica/Odontológica online e de controle de reavaliações	Conferiu agilidade e transparência no serviço de marcação de consultas médicas e odontológicas oferecidos pelo TRE-BA.
		Implementação do Projeto Estratégico Residência em TI	Engajamento dos servidores de TIC no aprendizado e aprimoramento do estado da arte de TI, com atualização em todas as áreas de TI, conferindo melhor integração. Ademais, contribuem com a formação de cidadãos (residentes em TIC), ao mesmo tempo em que contribuem com ideias de melhoria de processos e projetos de TI, criação de sistemas e ações inovadoras, tendo como lastro o apoio especializado de professores da universidade.
		Implantação do Portal-BI do TRE-RN	Permitiu aos usuários uma noção do alcance das ferramentas de BI. Será desenvolvido um Portal de BI para o TRE-BA na residência de TI.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

		• Implantação do novo sistema para Gestão de Postos de Trabalho – GPT.	Melhoria na gestão dos postos de trabalho terceirizados disponibilizados pelas Zonas eleitorais quando do planejamento e execução dos pleitos eleitorais.
		• Desenvolvimento de sistema para Emissão de Diplomas para as Eleições 2020	Agilidade e segurança na emissão de diplomas dos candidatos eleitos, sem a necessidade de aglomeração na Sede ou Zonas eleitorais. A emissão e a validação dos diplomas podem ser feitos a qualquer tempo e por qualquer cidadão.
		• Estudos para a contratação de links do Backbone Secundário.	Permitirá a melhoria nos links de comunicação dos cartórios eleitorais, bem como a disponibilização de Wi-fi nas zonas eleitorais do interior.
		• Disponibilização de ferramenta para reuniões virtuais.	Permitiu a continuidade de todas as ações relacionadas às Eleições 2020, assim como a realização das audiências de forma virtual, foi um incremento ao trabalho remoto já em andamento.
		• Desenvolvimento do GEORFI (Sistema de Gestão Orçamentária-Financeira).	Tornar mais ágil o processo de planejamento orçamentário, considerando os critérios pertinentes ao TRE-BA.
		• Desenvolvimento do Sistema de Gasto Postal.	Permite o controle completo e eficaz dos gastos postais das unidades do TRE-BA, a identificação das seções/zonas eleitorais que apresentam despesas postais mais elevadas, além da identificação dos serviços postais mais utilizados.
		• Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento das Solicitações de Serviços para a SEAAC.	O objetivo do sistema é concentrar as solicitações dos serviços, de forma a trazer maior controle às unidades envolvidas. Espera-se com a sua implementação: otimizar a comunicação entre as unidades envolvidas; maior segurança no atendimento dos serviços disponibilizados pela SEAAC; eficiência na execução dos serviços; controle do andamento da prestação de serviço pelas unidades envolvidas; visualização do cardápio semanal do refeitório.
		• Desenvolvimento do Sistema para Controle de Frota de Veículos.	Sistema para gerenciar informações referentes aos veículos, à manutenção, abastecimento, controle de saídas, seguro, licenciamento, registro e controle de contratos vinculados à unidade de transportes. Visa a racionalização e otimização de recursos oferecidos pela ATRAN.
		• Desenvolvimento Sistema de Gerenciamento para a Seção de Manutenção dos Cartórios do Interior.	Acelerar o atendimento das demandas dos cartórios do interior; Aprimorar os processos internos da unidade, a fiscalização dos contratos, a distribuição dos atendimentos a chamados e ordens de serviços;
		• Desenvolvimento do Sistema da ASCER (Cerimonial).	Permite a comunicação simultânea entre os servidores da ASCER, a recepção do evento e os membros da corte.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

FINALÍSTICOS	Informações Institucionais	Desenvolvimento do Portal de Formulários Eletrônicos.	Facilitar o preenchimento de formulários a serem tramitados no SEI, inclusive diminuindo o gasto de papel, já que serão assinados eletronicamente. Diminuir também a possibilidade de erros no preenchimento de informações, uma vez que os formulários poderão possuir validações das informações antes de qualquer tramitação processual.
		Desenvolvimento do Sistema de Agenda Institucional.	Objetiva a integração de agendas das autoridades do TRE-BA, permitindo a publicidade das reuniões/eventos e melhor comunicação entre as áreas envolvidas.
		Suporte à implantação do novo Diário de Justiça Eletrônico.	Em atendimento ao Ofício Circular STI no 110 /2020 do TSE, a STI configurou a lista de usuários, preenchendo os dados necessários à migração.
		Sistema de Ouvidoria.	Aproximar o cidadão do TRE-BA, através do melhor acompanhamento das demandas por aqueles realizadas.
	Eleições	Manutenção Evolutiva do SIRO (Sistemas de Rotas).	A utilização do SIRO ampliou o acesso às informações acerca da logística de eleição e aprimorou a gestão das atividades logísticas.
		Manutenção Evolutiva BENEALIM (Benefício Alimentação).	O Sistema foi totalmente refeito, considerando a utilização da Carteira Digital para pagamento deste benefício nas Eleições 2020.
		Manutenção do Sistema de Suprimento de Fundos.	Este sistema agiliza o processo de concessão, prestação e análise de contas do suprimento de fundos.
		Aperfeiçoamento do SATRE (Sistema de Acompanhamento da Transmissão Remota).	Possibilitar o acompanhamento, de forma visual e intuitiva, da transmissão dos BUs pelas respectivas Zonas no encerramento do pleito eleitoral. Foram incluídos alertas que possibilitaram a confrontação do horário de transmissão dos BU's previsto com o horário realmente enviado.
		Implantação do SGIE (sistema desenvolvido pelo TRE-TO).	Sistema para convocação de mesários, solicitado pela SPL.
		Participação a partir do 3º ao 6º Teste de Desempenho, sendo que do 3º ao 5º, foram referentes ao 1º Turno, e o 6º Teste de Desempenho foi relativo ao 2º Turno das Eleições 2020.	Objetivando validar o desempenho dos sistemas de transmissão e recebimento de arquivos de urna, bem como de totalização e de divulgação de resultados, procedimentos inerentes às Eleições.
		Aquisição de Antena Rural para a transmissão remota.	Objetivando dar celeridade à totalização do resultado da votação, com baixo custo, foram adquiridas antenas rurais que possibilitaram a transmissão diretamente dos locais de votação. Foram ampliados de 11 para 50 pontos de transmissão remota, situados em faixas de difícil acesso (povoados, distritos e lugarejos).
	Cadastro Eleitoral e Partidário	Implantação do Balcão Virtual.	Possibilitar a comunicação <i>on-line</i> do cidadão com unidades específicas do TRE-BA em tempos de pandemia.
		Implantação do TítuloNet, trazendo com ele a necessidade de elaboração de manuais e a prestação de assistência às zonas eleitorais e demais unidades que prestarão o atendimento ao eleitor.	Possibilitou o atendimento " <i>on line</i> " ao eleitor.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

		Implantação do Sistema ColetaDOC (módulos Eleitor e Zona)	Possibilitou a coleta virtual de documentos dos eleitores, permitindo o tratamento de suas demandas junto às Zonas eleitorais. Com a sobrecarga do TituloNet, o desenvolvimento do ColetaDOC possibilitou que os eleitores que não conseguissem realizar o atendimento presencial ou pelo TituloNet, fizessem um pré-atendimento, enviando os documentos que posteriormente seriam processados pelas zonas.
		Implantação do Sistema TTE (módulos Eleitor e Zona)	Permitiu a transferência temporária dos locais de votação dos eleitores, de forma remota, garantindo a prestação do serviço sem que houvesse aglomerações nos cartórios.
		Implantação de soluções técnicas de contorno, através do uso das VDIs, diante da instabilidade e problemas de acesso dos sistemas eleitorais: CAND, CANDEX e PJE.	Minimizou as dificuldades de acesso e execução de procedimentos de candidatura eleitoral e filiação partidária nos sistemas eleitorais, garantindo o cumprimento dos prazos judiciais, até que o TSE pudesse atuar na implantação das soluções necessárias.
		Aquisição de Antena Rural para o atendimento biométrico.	Possibilitou o atendimento ao eleitor em locais distantes, no final do período de biometria. (Caminhão da Biometria)
	Prestação Jurisdicional	Implantação Painel para monitoramento de processos do PJE 2º grau.	Possibilitou o acompanhamento dos julgamentos realizados nos processos de 2º grau, detalhados por Juiz, auxiliando no controle de prazos e pendências pela SJU.
		Implantação Painel para monitoramento de processos do PJE 1º grau.	Possibilitou o acompanhamento dos julgamentos realizados nos processos de 1º grau, detalhados por zona e classes judiciais, auxiliando no controle de prazos e pendências pela CRE.
		Implantação Painel para monitoramento dos processos relacionados ao tema COVID-19	Em cumprimento à Resolução CNJ 215/2015 e os itens 32 a 34 da Portaria CNJ 67/2020.
APOIO	Gestão Tecnológica	Aquisição de certificados digitais A3 (e-CPF e e-CNPJ)	Permitiu a assinatura digital dos documentos e implantação do PJE.
		Manutenção evolutiva na Agenda Eletrônica.	Atualizar o sistema para atender a Portaria-Conjunta n.º 2/2018, que instituiu a Agenda Eletrônica de atividades cartorárias como meio de comunicação da Secretaria do Tribunal com os Cartórios Eleitorais.
		Suporte à Eleição Suplementar de Pilão Arcado.	Possibilitou a realização do pleito com segurança e transparência e, com isso, a manutenção da boa imagem da Justiça eleitoral.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

		Apoio à migração dos processos do SADP para o PJE_ZONA	A STI gerou as informações de processos para a empresa contratada e posteriormente para o TSE, como suporte à correção de dados, tais como data de autuação e data de migração, que não tinham sido atualizados nos processos.
		Renovação do parque de impressoras (Outsourcing).	Permite a contribuição no atendimento às demandas acerca da impressão e digitalização de documentos, visando à realização das atividades laborais.
	Gestão de Pessoas	II Encontro TI Valoriza (STI e SGP)	Contribuição para a melhoria do bem-estar e do clima organizacional, valorização e estímulo do comprometimento dos colaboradores com as atividades institucionais.